

**PROJETOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: RELATO DE PESQUISA EM
DUAS ESCOLAS BRASILEIRAS NO JAPÃO**

Maria Do Carmo M Kobayashi, Cecília Massako Nomiso

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

O grande fluxo migratório entre as nações a partir do século XX obrigaram os imigrantes a adaptarem-se a diferentes culturas, línguas, costumes e regras. A pesquisa apresenta situações enfrentadas por duas escolas brasileiras localizadas na província de Aichi – Japão, e suas condições formativas de sujeitos inseridos em um contexto escolar similar ao do Brasil. O intuito da pesquisa foi conhecer a realidade da educação infantil para filhos de decasséguis no Japão, como são suas condições de acesso e permanência nessas escolas. Como ferramenta de coleta de dados utilizou-se os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2009), em um estudo de caso com observação direta em pesquisa de campo e análise com abordagem qualitativa. Dentre os resultados obtidos, as avaliações detalhadas das dimensões 5 (espaços, materiais e mobiliários) e 6 (formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais) apontaram índices preocupantes, com percentuais elevados de ações, atitudes ou situações não consolidadas ou inexistentes nas instituições. O governo brasileiro apenas reconhece a instituição de ensino, porém, não supervisiona, disponibiliza verbas ou oferece cursos de aperfeiçoamento para funcionários. Estes tentam complementar e atualizar seus conhecimentos com recursos próprios ou, na maioria das vezes não conseguem concretizar essa etapa de formação. A preocupação por uma educação de qualidade para essas crianças é constante: por um lado readaptação ou adaptação à cultura do Brasil, por outro, a incerteza do tipo de educação proporcionada a esse grupo durante a sua estadia no Japão. Palavras-chave: Multiculturalidade. Educação Infantil. Decasséguis.

PROJETOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: RELATO DE PESQUISA EM DUAS ESCOLAS BRASILEIRAS NO JAPÃO

Maria do Carmo Monteiro Kobayashi; Cecília Massako Nomiso. UNESP, FC,
Bauru.

O presente trabalho busca apontar investigações iniciais sobre a educação infantil para a população brasileira - decasséguis – que devido a condições econômicas, migraram para o Japão em busca de trabalhos temporários em fábricas com o fim de angariar recursos financeiros para retomarem sua vida no Brasil. Atualmente, os descendentes dos imigrantes japoneses que iniciaram sua vida em território brasileiro no ano de 1908 com a chegada do navio Kasato Maru no porto de Santos trazendo 165 famílias, num total de 781 pessoas, somam 185.644 habitantes em solo japonês até junho de 2013, segundo dados divulgados pelo Ministry of Justice (MOJ) em novembro do mesmo ano. Os decasséguis e suas famílias chegaram a atingir o número de 313.711 em meio de 2.069.065 estrangeiros residentes no Japão em 2007, quantidade esta que decaiu nos anos seguintes registrando mais de 49 mil regressos entre 2007 e 2009, ocasionado pela crise financeira internacional que obrigou as fábricas a dispensar um grande número de funcionários, entre eles, os brasileiros.

Chegamos ao ponto que nos interessa: como foi e como será a educação para essas crianças e jovens que mudaram de país, de cultura e de costumes? Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca (BRASIL, 1998).

Crianças de idades variadas chegam ao Japão e precisam adaptar-se a um ambiente com muitas barreiras a serem superadas, iniciando pela língua que na maioria dos casos, nem seus pais a dominam. Inseridas em um mundo de cultura e regras diversas às brasileiras, os filhos de decasséguis tem três opções de educação: frequentar escolas japonesas por opção (ou pela falta de escolas brasileiras na região onde moram), escolas brasileiras (devido à intenção de retorno ao Brasil) e em alguns casos, não frequentam por causa do *ijime* (bullying) sofrido por sua nacionalidade e situação econômica da família, ou, simplesmente pelo fato da situação ser temporária, e um ou dois anos sem frequentar a escola pode ser recuperado quando retornar para o

Brasil. Tais decisões podem ser explicadas pelos dados obtidos na pesquisa de Beltrão (2009, p.52) resumidos na tabela 1, demonstrando a falta de tempo e a indiferença dos adultos pela formação continuada ou pela aquisição da língua e cultura local, bem como a pouca procura por novos conhecimentos:

Tabela 1 Teria tempo/ interesse em frequentar cursos de língua, cultura, profissionalizante ou de gerenciamento?

	Língua		Cultura		Profissionalizante		Gerenciamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nem tempo nem interesse	3,7%	1,4%	6,7%	4,2%	4,6%	4,7%	10,4%	10,0%
Tempo, mas não interesse	3,8%	2,4%	5,9%	4,6%	2,9%	3,2%	5,0%	2,4%
Interesse, mas não tempo	50,4%	53,0%	32,9%	44,2%	49,5%	56,1%	37,9%	39,3%
Gostaria, mas não sabecomo	7,5%	8,8%	8,4%	8,4%	11,7%	10,5%	7,9%	8,7%
Já frequento	5,4%	10,1%	0,0%	2,1%	1,7%	1,2%	0,0%	0,0%
Sem resposta	29,2%	24,3%	48,7%	36,6%	29,6%	24,3%	38,8%	39,6%

Fonte: BELTRÃO, 2009, p. 52.

Essa realidade de pais com longas jornadas de trabalho, trocas constantes de empregos, e conseqüentemente de escolas e de amigos de seus filhos, podem ser observadas no filme: *Tudo por laranjas* produzidos por Luiz Itiki (On´ZFilms, 2008), relatando o cotidiano de crianças decasséguis, seus dramas e dificuldades da diferença cultural, ausência dos pais, isolamento social e constante perdas de amigos e rotinas. Estariam os professores dessas crianças preparados para trabalhar com indivíduos com tamanha carga emocional abalada e identidade social desestruturada?

Em visita a duas escolas brasileiras, escola A e B, de educação infantil em março de 2013, Nomiso e Kobayashi (2013) constataram uma realidade composta pela confirmação dos entraves expostos até o momento, contudo, testemunharam atitude de funcionários da escola que se empenhavam para proporcionar uma educação de real efetividade para seus alunos. A análise do estudo de caso foi baseada em observações diretas em sala de aula que acompanham a proposta pedagógica brasileira, cumprindo o currículo básico e oferecendo atividades extras como aulas passeio, judô e de culinária no caso da escola A.

Ambas as escolas possuíam turmas mistas, com professores sem graduação, e um até mesmo sem nenhum tipo de formação. Mais detalhes podem ser entendidos com

os dados coletados a partir do formulário de autoavaliação composto pelas dimensões dos Indicadores (BRASIL, 2009) os quais avaliam: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais e, cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. A ferramenta foi escolhida devido ao fácil uso, com parâmetros para a avaliação em cores, apresentando: VERDE para ações, atitudes ou situações existentes e consolidadas na instituição de educação infantil indicando boa qualidade no processo; AMARELO indicando atitudes, práticas ou situações realizadas com certa frequência, mas não estão consolidadas merecendo mais atenção e cuidado e VERMELHO para sinalizar a inexistência das ações, práticas e situações na instituição, revelando uma grave situação onde providências imediatas são necessárias. O resultado para avaliação ampla resulta da avaliação das sete dimensões distribuídas em 26 tópicos enquanto a avaliação detalhada procede da ponderação de 112 itens além dos mencionados na avaliação anterior.

Quadro 1 - Avaliação Ampla da escola

Instituição	Verde	Amarelo	Vermelho
Escola A	84,61%	11,55%	3,84%
Escola B	84,61%	15,39%	0%

Fonte: NOMISO; KOBAYASHI, 2013.

Quadro 2 – Avaliação Detalhada da escola

Instituição	Verde	Amarelo	Vermelho
Escola A	72,72%	18,18%	9,1%
Escola B	71%	12%	17%

Fonte: NOMISO; KOBAYASHI, 2013.

Apesar dos resultados positivos, pelo predomínio da indicação verde nas duas avaliações da qualidade na educação oferecida nessas escolas, as dimensões 5 (Espaços, materiais e mobiliários) e 6 (Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais) revelam a necessidade de providências e ajustes nessa área expressas no Quadro 3.

Quadro 3 – Itens avaliados na dimensão 5 e 6

5.1. Espaços e mobiliários que favorecem as experiências das crianças	Escola A	Escola B
5.1.1. Há espaço organizado para a leitura, como biblioteca ou cantinho de leitura, equipado com estantes, livros, revistas e outros materiais acessíveis às crianças e em quantidade suficiente?		
5.1.2. As janelas ficam numa altura que permita às crianças a visão do espaço externo?		
5.1.3. Os espaços e equipamentos são acessíveis para acolher as crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004*?		
5.1.4. Há bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros em número suficiente e acessíveis às crianças?		
5.1.5. A instituição disponibiliza nas salas espelhos seguros e na altura das crianças para que possam brincar e observar a própria imagem diariamente?		
5.1.6. Há mobiliários e equipamentos acessíveis para crianças com deficiência?		
5.1.7. A instituição prevê móveis firmes para que os bebês e crianças pequenas possam se apoiar ao tentar ficar de pé sozinhos?		Não possui turmas
5.2. Materiais variados e acessíveis às crianças		
5.2.1. Há diversos tipos de livros e outros materiais de leitura em quantidade suficiente?		
5.2.2. Há brinquedos que respondam aos interesses das crianças em quantidade suficiente e para diversos usos (de faz de conta, para o espaço externo, materiais não estruturados, de encaixe, de abrir/fechar, de andar, de empurrar, etc.)?		
5.2.3. Há instrumentos musicais em quantidade suficiente?		
5.2.4. Há na instituição, ao longo de todo o ano e em quantidade suficiente, materiais pedagógicos diversos para desenhar, pintar, modelar, construir objetos tridimensionais (barro, argila, massinha), escrever, experimentar?		
5.2.5. Há material individual de higiene, de qualidade e em quantidade suficiente, guardado em locais adequados (sabonetes, fraldas, escovas de dentes e outros itens)?		
5.2.6. Há brinquedos, móveis, livros, materiais pedagógicos e audiovisuais que incentivam o conhecimento e o respeito às diferenças entre brancos, negros, indígenas e pessoas com deficiência?		
5.2.7. Há livros e outros materiais de leitura, brinquedos, materiais pedagógicos e audiovisuais adequados às necessidades das crianças com deficiência?		
5.2.8. Há objetos e brinquedos de diferentes materiais em quantidade suficiente e adequados às necessidades dos bebês e crianças pequenas (explorar texturas, sons, formas e pesos, morder, puxar, por e retirar, empilhar, abrir e fechar, ligar e desligar, encaixar, empurrar, etc.)?		Não possui turmas
5.3. Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos adultos		
5.3.1. Há espaço que permite o descanso e o trabalho individual ou		

coletivo da equipe que seja confortável, silencioso, com mobiliário adequado para adultos e separado dos espaços das crianças (para reuniões, estudos, momentos de formação e planejamento)?		
5.3.2. Há banheiro de uso exclusivo dos profissionais, com chuveiro, pia e vaso sanitário?		
5.3.3. Há espaços especialmente planejados para recepção e acolhimento do familiares?		
5.3.4. Há fraldário/mesa/bancada na altura adequada ao adulto para troca de fraldas dos bebês e crianças pequenas, com segurança?		Não possui turmas
6.1. Formação inicial das professoras		
6.1.1. As professoras têm, no mínimo, a habilitação em nível médio na modalidade Normal?		
6.1.2. As professoras são formadas em Pedagogia?		
6.2. Formação continuada		
6.2.1. A instituição possui um programa de formação continuada que possibilita que as professoras planejem, avaliem, aprimorem seus registros e reorientem suas práticas?		
6.2.2. A formação continuada atualiza conhecimentos, promovendo a leitura e discussão de pesquisas e estudos sobre a infância e sobre as práticas de educação infantil?		
6.2.3. As professoras são orientadas e apoiadas na inclusão de crianças com deficiência?		
6.2.4. Os momentos formativos estão incluídos na jornada de trabalho remunerada dos profissionais?		
6.2.5. A formação continuada promove conhecimento e discussão sobre as diferenças humanas?		
6.2.6. As professoras conhecem os livros acessíveis para crianças com deficiência?		
6.3. Condições de trabalho adequadas		
6.3.1. Há no mínimo uma professora para cada agrupamento de: - 6 a 8 crianças até 2 anos ? - 15 crianças até 3 anos? - 20 crianças de 4 até 6 anos?		
6.3.2. As professoras são remuneradas, no mínimo, de acordo com o piso salarial nacional do magistério?		
6.3.3. A instituição conhece e implementa procedimentos que visam prevenir problemas de saúde das professoras e demais profissionais?		

Fonte: NOMISO; KOBAYASHI, 2013.

Resumidamente, dos itens analisados nas dimensões 5 e 6 que atingiram o grau aceito pelos Indicadores (BRASIL, 2009) não alcançaram a marca dos 40%, representados pelo quadro 4:

Quadro 3 – Avaliações das dimensões 5 e 6 (Porcentagem do indicador VERDE)

Instituição	Dimensão 5	Dimensão 6
Escola A	36,8%	20%

Escola B	26,3%	30%
----------	-------	-----

Fonte: NOMISO; KOBAYASHI, 2013.

Em meio a tantas dificuldades essas escolas batalham para cumprir as exigências do MEC que segundo os professores, compareceram somente no dia de vistoria para a aprovação do certificado de funcionamento. Desde 2000, escolas para filhos de brasileiros começam a surgir em regiões com grande concentração de decasséguis advindas de redes particulares e algumas com parcerias com o governo japonês ou empresas que os pais trabalham. Com elas surgiram também propostas como a de Guiomar Namó de Mello, membro do Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CEB nº 25, aprovado em 04 de junho de 2003, na qual menciona:

[...] produzir uma orientação para que as escolas brasileiras instaladas no exterior (de qualquer tipo), recomendando a observância das diretrizes e parâmetros curriculares nacionais e outras orientações que couberem, a fim de que, nos casos mencionados, quando os alunos voltarem, possam adaptar-se a uma escola brasileira comum, pública ou privada.

A responsabilidade sobre a formação do indivíduo para essas instituições de ensino é decisiva para a criança, pois além de ensinar de acordo com o currículo brasileiro, também tem a necessidade de ensinar a língua e a cultura japonesa reforçadas pelos Art. 3º Inciso II e Art. 5º da Resolução nº 1, de 3 de dezembro de 2013:

[...] a observância da proposta pedagógica e da correspondente organização curricular aos dispositivos da Lei nº 9.394/96 (LDB) e das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para cada etapa ou modalidade de ensino, enriquecida pelo conhecimento da cultura e do ensino da língua do país sede dos estabelecimentos; [...] A entidade mantenedora do estabelecimento que atender educacionalmente a cidadãos brasileiros residentes no exterior assumirá total responsabilidade pelo seu funcionamento no respectivo país, em obediência à legislação civil, fiscal, penal, trabalhista e de seguridade social desse mesmo país (DOU, 2013, p. 13).

São muitas cobranças e imposições e raros o auxílio ou incentivo a educação dos decasséguis, que buscam apoio em fundações e empresas para desenvolver programas voltados à comunidade brasileira no Japão. Sob essas condições, os professores e funcionários dessas escolas buscam sua formação continuada por conta própria por meio de cursos online e em eventuais palestras ou oficinas realizadas em parceria de empresas, da comunidade e do governo japonês. Em meio a tantos obstáculos, a escola A demonstrou-se empenhada em proporcionar diversas experiências e atividades que possibilitam a integração social de seus alunos na sociedade japonesa e na comunidade

brasileira. Exemplos dessas ações estão representados pelas imagens 1 a 4 em momentos de socialização entre as duas culturas:

Imagem 1: Arraial com apresentação de Capoeira



Fonte: arquivo pessoal

Imagem 2: Aula prática – matemática no mercado.



Fonte: arquivo pessoal

Imagem 3: Aula de culinária- pão de queijo (esquerda) e visita ao museu de ciências em Nagoya (direita).



Fonte: arquivo pessoal

A escola B por ter o ensino fundamental e médio como foco das suas atividades, não desempenha formas diversificadas de aprendizagem para as crianças da educação

infantil como a escola A, possuindo aulas de língua japonesa uma vez por semana e comemorações festivas nos feriados brasileiros e japoneses.

Imagem 5: Festa de natal (escola B)



Fonte: arquivo pessoal

De um lado, pode-se inferir que a qualidade na educação, oferecida nessas escolas deixe a desejar, justamente, pelas condições materiais e de formação dos profissionais que permanecem por muitas horas com essas crianças. Por outro lado, os pais, sem outra opção, entregam seus filhos aos cuidados dessas escolas que, mesmo com espaços limitados e professores sem formação específica para atender a essas crianças, tornam-se a única opção.

A escola A, mesmo com espaços limitados, investe em desenvolver a criança para a vida, desafiando as crianças a se relacionarem com seus semelhantes, a respeitá-los, à colaboração mútua, à autonomia na organização dos seus pertences e à manutenção do ambiente limpo e agradável para todos. Possibilita atividades diversas, estimulando as crianças a tomar iniciativas e a resolver os pequenos conflitos e tarefas diárias. Busca o conhecimento significativo para os alunos, com aulas-passeio a parques, zoológico, piscina entre outros mais.

A escola B possui espaço físico maior, porém, mal estruturado para o ensino infantil e para alunos com deficiência, pois o prédio tem quatro andares e não conta com

rampas ou elevadores. Por atender, também, a um público de mais idade, de ensino fundamental e médio, não incorpora aspectos de uma instituição de ensino infantil, sem decorações e cores alegres pela escola.

As duas empresas educacionais mantenedoras das unidades escolares enfrentam dificuldades semelhantes no seu cotidiano escolar: pais pouco participativos, professores saturados de trabalho e com muitas dificuldades de prosseguir seu trabalho. Tais condições decorrem da formação inicial e, posteriormente, pela falta de formação continuada, o que facilitaria o acolhimento e a educação de crianças com particularidades variadas (problemas familiares, baixo nível de desenvolvimento, dificuldade com a fala, entre outros), tais dificuldades, muitas vezes, decorrentes das diversas mudanças sofridas desde sua chegada ou nascimento na sociedade nipônica. A necessidade de melhoria é visível, entretanto é minimizada pela dedicação dos professores e administradores das instituições educacionais observadas. Tais instituições estão alocadas em um país estrangeiro, de cultura e tradições muito diversas da brasileira, enfrentam exigências e cobranças do Governo Brasileiro, sem apoio e recursos para melhorar as condições dos filhos de *dekasseguis*, herdeiros, portanto, de um futuro incerto e turbulento.

Nosso próximo passo será a coleta de dados sobre a readaptação dessas crianças, quais projetos e orientações para acolher uma população que enfrenta uma crise de identidade, em escolas da rede pública de Bauru.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **O ciclo e a tangente: *dekasseguis* brasileiros no Japão**. (questionário B). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatística, 2009.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. PARECER CNE/CEB nº 25, aprovado em 4 de junho de 2003 retificado pelo PARECER CNE/CEB 34/2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb025_03.pdf>. Acessado em: 26 mar.2013.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEP, 1997.

_____. Resolução nº 1, de 03-12-2013. Estabelece a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, ISSN 1677-7042 13, n. 235, de 04-12-2013, p. 13, 2013.

MINISTRY OF JUSTICE. ~~平成25年現在おる在留人数について確定値~~ . **Heiseinijuugonenrokugatsumiguenzainiokeruzairyuugaikokuninzunitsuite(Kakuteic hi)**Disponível em:

<http://www.moj.go.jp/nyuukokukanri/kouhou/nyuukokukanri04_00037.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

NOMISO, C.M.; KOBAYASHI, M.C.M. **Observações preliminares acerca do cotidiano de escolas de educação infantil de crianças filhos de dekasseguis no Japão.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO: ensino e aprendizagem na educação Básica: desafios curriculares, 4, 2013, Bauru. **Anais...**Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/cbe/anais_iv-cbe.pdf>. Acesso em: 31 de out. 2013.

Tudo por laranjas. Direção: Luiz Itiki. Produção: On'Z Films, 2008. Documentário.51'55". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=s3jnZd5Uo3w>>. Acesso em:14 jan. 2014.